



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE GOIÁS
CODEGO
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA
DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

Aos
Acionista, Conselheiros e Administradores da
COMPANHIA DE DESENVILVIMENTO DE GOIÁS - CODEGO
Goiânia/GO

Opinião com ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis individuais **COMPANHIA DE DESENVILVIMENTO DE GOIÁS - CODEGO**, ou “**Companhia**”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária da **CODEGO**, em 31 de dezembro de 2023, o resultado de suas variações patrimoniais e de seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalva**Inventário, Teste de *Impairment* e Estudo para Reavaliação de Vida Útil – Resolução CFC nº 1.177/2009.**

A **Companhia** não procedeu o inventário referente aos saldos do imobilizado em 31 de dezembro de 2023, bem como, não realizou o teste de *impairment* para avaliação de eventuais perdas em relação ao saldo do seu acervo patrimonial, assim não como não houve estudo quanto a revisão de vida útil e do valor residual destes mesmos bens para a data base. Anteriormente a depreciação era calculada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal, já que não havia outro parâmetro vigente, no entanto, desde que se iniciou o processo de conversão da contabilidade aos padrões internacionais as depreciações deve seguir como base o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das novas bases de cálculo e das taxas de depreciações, bem como um valor residual, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27. Nesse sentido, não se faz possível mensurar os possíveis reflexos nos saldos de patrimônio considerando a adequada aplicabilidade desta norma, para a data de 31 de dezembro de 2023.

Ênfase

Mudança de Estimativa Contábil (ESTOQUE)

Mantendo nossa opinião inalterada, enfatizamos que, conforme Notas Explicativas nº 1 e nº 6, a **Companhia**, tem como objetivo fomentar o setor industrial do Estado de Goiás, através do desenvolvimento de distritos industriais. Na consecução de seus objetivos, a **CODEGO** pratica a comercialização de loteamentos industriais a valores incentivados (com descontos), cujos lotes foram integralizados pelo Governo do Estado de Goiás - acionista majoritário a valores de mercado, resultando em ajustes no montante de R\$ 3.129.489 no exercício de 2023, considerando a estimativa do valor realizável líquido do seu estoque, de acordo com as premissas avaliadas para a data base. A **Companhia** adotou a avaliação do valor realizável líquido a partir do exercício de 2021, antes reconhecidos ao seu custo histórico de aquisição.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós auditadas, cujo Relatório de Auditoria foi emitido em 25 de junho de 2024, contendo a mesma ressalva e ênfase.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **CODEGO** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **CODEGO** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **CODEGO** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **CODEGO**.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **CODEGO**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **CODEGO** a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Goiânia/GO, 25 de julho de 2024.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ nº 0029 - Registro CVM nº12.327



Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" GO
CNAI nº 1592 - Sócio Sênior



Philipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" GO
CNAI nº 4747 – Auditor Sênior



Thomaz de Aquino Pereira

Contador – CRC/PE 021100/O-8 "S" GO
CNAI nº 4850 – Auditor Sênior

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS – CODEGO


Balancos Patrimoniais

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		70.267.666	64.466.809
Caixa e equivalente de caixa	4	55.786.379	53.494.832
Clientes	5	9.644.587	5.936.387
Estoques	6	1.140.393	1.103.363
Tributos a recuperar	7	1.581.059	731.509
Adiantamento	8	2.020.126	3.130.325
Outros créditos		-	3.728
Despesas do Exercício Seguinte		95.122	66.665
NÃO CIRCULANTE		125.862.330	123.384.515
Estoques	6	99.402.522	96.568.562
Outros Créditos	9	8.060.531	6.804.420
Imobilizado	10	18.396.435	20.008.691
Intangível		2.842	2.842
TOTAL DO ATIVO		196.129.996	187.851.324


Presidente – Francisco Rodrigues Vale Júnior
CPF 475.942.171-87


Contadora – Carla Cury Botezelli
CRC -GO 021940/0-4

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS – CODEGO


Balancos Patrimoniais

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		17.401.487	12.854.153
Fornecedores	11	212.286	648.407
Adiantamento de clientes	12	10.619.875	7.532.297
Obrigações sociais e trabalhistas	13	5.958.319	4.352.603
Obrigações tributárias e fiscais	14	611.007	320.846
NÃO CIRCULANTE		5.893.129	9.423.571
Obrigações tributárias e fiscais.	14	2.854.343	5.920.785
Obrigações com convênios	15	1.682.051	1.580.875
Contingências passivas	16	1.356.735	1.670.911
Doações e subvenções para investimentos	17	-	251.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		172.835.380	165.573.600
Capital social integralizado	18	420.447.038	420.447.038
Prejuízos acumulados		(247.611.658)	(254.873.438)
TOTAL DO PASSIVO + PL		196.129.996	187.851.324


Presidente – Francisco Rodrigues Vale Júnior
CPF 475.942.171-87


Contadora – Carla Cury Botezelli
CRC -GO 021940/0-4

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

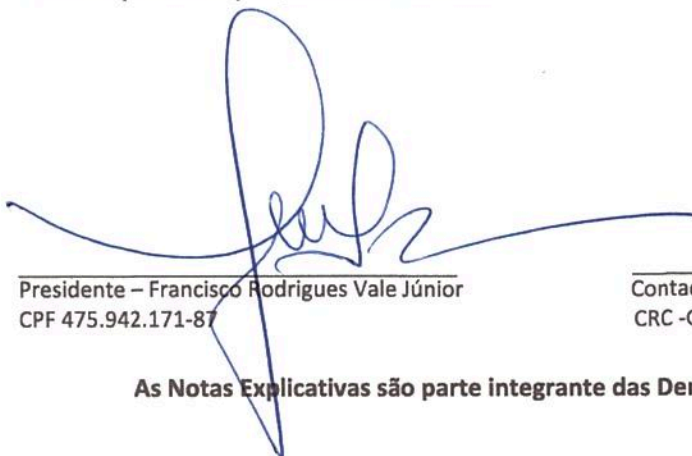
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS – CODEGO

Demonstração do Resultado do Exercício

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

Demonstração do Resultado do exercício	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita Líquida	19	59.441.812	52.239.811
(-) Custos dos Terrenos e Serviços Vendidos	20	(12.650.862)	(19.809.024)
RESULTADO BRUTO		46.790.950	32.430.787
(-) Despesas Gerais e Administrativas	21	(47.237.081)	(38.683.656)
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais	22	(418.748)	15.672.809
RESULTADO ANTES DAS RECEITA E DESPESA FINANCEIRAS		(864.879)	9.419.940
(+/-) Receitas e Despesas Financeiras	23	9.843.649	10.000.284
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS S/ LUCRO		8.978.770	19.420.224
(-) IRPJ/CSLL		(1.716.990)	(1.124.809)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		7.261.780	18.295.415



Presidente – Francisco Rodrigues Vale Júnior
CPF 475.942.171-87

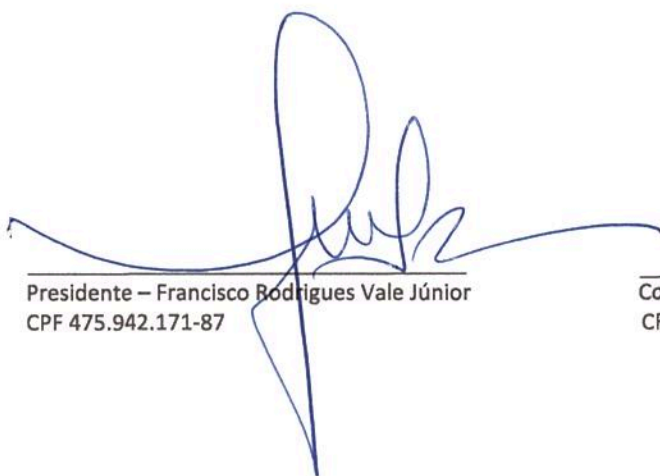


Contadora – Carla Cury Botezelli
CRC -GO 021940/0-4

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS – CODEGO
Demonstração dos Resultados Abrangentes
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado líquido do exercício	7.261.780	18.295.415
Outros Resultados Abrangentes	(3.222.791)	(15.405.590)
Ajuste do Exercício Anterior	-	-
Itens que não podem ser reclassificados no resultado	(3.222.791)	(15.405.590)
Total do resultado abrangente	<u>4.038.989</u>	<u>2.889.825</u>



Presidente – Francisco Rodrigues Vale Júnior
CPF 475.942.171-87



Contadora – Carla Cury Botezelli
CRC -GO 021940/0-4

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIAS – CODEGO
DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	LUCRO / PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2021	418.067.274	(273.168.853)	144.898.421
Aumento de Capital	2.379.764	-	2.379.764
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-
Resultado do exercício de 2022	-	18.295.415	18.295.415
Saldo em 31 de dezembro de 2022	420.447.038	(254.873.438)	165.573.600
Resultado do exercício de 2023	-	7.261.780	7.261.780
Saldo em 31 de dezembro de 2023	420.447.038	(247.611.658)	172.835.380



Contadora – Carla Cury Botezelli
CRC -GO 021940/0-4



Presidente – Francisco Rodrigues Vale Júnior
CPF 475.942.171-87

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS – CODEGO

Demonstração dos Fluxos de Caixa

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido do Exercício	7.261.780	18.295.415
Ajustes ao Lucro líquido		
Perda / reversão ao valor recuperável líquido	(3.222.791)	(15.405.591)
Depreciação e Amortização	1.978.380	1.993.492
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	(3.708.200)	(178.949)
Estoques	100.801	(2.388.948)
Adiantamentos	1.088.213	(2.998.265)
Impostos a recuperar	(849.550)	(729.391)
Despesas pagas antecipadamente	(28.459)	(53.760)
Outros Créditos	(1.230.396)	(4.414.539)
Fornecedores	(436.120)	6.465
Adiantamentos de clientes	3.087.578	288.540
Obrigações sociais e trabalhistas	1.605.716	709.297
Obrigações Tributárias	(2.776.281)	(1.412.958)
Provisão para contingência	(314.175)	23.562
Outras contas a pagar	101.176	86.948
Caixa Líquido (utilizado)/proveniente das atividades operacionais	2.657.672	(6.178.682)
Atividades de Investimentos:		
Aquisição de imobilizado/intangível	(366.125)	(3.781.892)
Caixa Líquido utilizado nas atividades de investimentos	(366.125)	(3.781.892)
Atividades de Financiamentos:		
Integralização de Capital	-	2.379.764
Caixa Líquido proveniente das atividades de financiamento	-	2.379.764
Total de redução em Caixa e Equivalentes de Caixa no exercício	2.291.547	(7.580.810)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	53.494.832	61.075.642
Caixa e Equivalentes no Final do Exercício	<u>55.786.379</u>	<u>53.494.832</u>
	<u>2.291.547</u>	<u>(7.580.810)</u>

Presidente – Francisco Rodrigues Vale Júnior
CPF 475.942.171-87

Contadora – Carla Cury Botzelli
CRC -GO 021940/0-4

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE GOIÁS – CODEGO

Notas Explicativas da administração às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás - CODEGO**, é uma companhia de economia mista, de capital fechado e autorizado, instituída e organizada pelo Estado de Goiás, com fundamento na Lei nº. 7.766/73, de novembro de 1973, Lei nº. 19.064, de 14 de outubro de 2015 e Lei nº. 20.491, de 25 de junho de 2019, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.285.170/0001-22, com sede na Rua 85 nº. 1.593, no Setor Marista, na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás.

A CODEGO tem como objetivo fomentar o setor industrial do Estado de Goiás, através do desenvolvimento de distritos industriais, com a geração de renda, novos empregos e preservação do meio ambiente. Além disso, apoiar e executar, no que lhe couber, a política de industrialização de Goiás, adotada pelo Governo do Estado, de modo a projetar e implantar, direta ou indiretamente áreas industriais, agroindustriais, bem como promover a administração das mesmas com todas as condições de infraestrutura e incentivos oferecidos pelo Governo do Estado de Goiás.

No sentido de adequar-se à Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a Companhia já implementou as seguintes ações: (i) implementação de processo para indicação da estrutura de governança; (ii) criação e publicação do Código Ética e Conduta; (iii) elaboração das políticas de porta voz, de comunicação e de divulgação de informações; (iv) criação de programa de prevenção de atos de corrupção.

Nas disposições gerais do Regulamento para Alienações de Áreas e Empreendimentos da Companhia, instituí normas gerais que disciplinam o procedimento com ou sem valores agregados, incluindo os oriundos da retomada de propriedade resolúvel, sua oneração, locação, arrendamento, concessão, cessão ou concessão de direito real de uso ou outras que recaiam sobre o direito de propriedade ou posse.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Codego foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Além disso, as demonstrações contábeis individuais foram preparadas em observância à Lei das Sociedades por Ações (“Lei das SAs”), considerando as alterações introduzidas por meio das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.5 Resumo das principais políticas contábeis

a) Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de terrenos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

(a.i) Receita de prestação de serviços

As receitas de serviços são consideradas a principal forma de receita desta Companhia e são reconhecidas pelo regime de competência, através da medição mensal do consumo de água e da coleta de esgoto realizadas nas empresas “clientes” sediadas nos distritos controlados pela CODEGO.

(a.ii) Venda de imóveis

As receitas de vendas de imóveis são reconhecidas: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador, através da, escritura pública lavrada em nome do comprador.

(a.iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida “pro rata die” com base na taxa de juros efetiva do mês referente ao lançamento.

b) Caixa e bancos

As contas “Caixa e bancos” incluem a conta caixa, contas bancárias e contas de investimentos de curto prazo com liquidez imediata com vencimento original de até 90 dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstradas de fato, pelo acréscimo de juros auferidos no mês.

c) Clientes

As contas de clientes são compostas de valores a receber pela venda de terrenos e pela prestação de serviços de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de perdas estimadas para redução ao valor recuperável.

d) Estoque

O estoque de imóveis a comercializar está demonstrado ao seu valor de custo ou ao seu valor realizável líquido, quando este último for o menor valor. A partir de 2021, a Companhia passou a adotar a revisão anual dos imóveis destinados para venda, na oportunidade da data de encerramento de cada exercício, para avaliar a recuperação do valor contábil de cada imóvel destinado para venda, independentemente de ter ocorrido eventos ou mudanças nos cenários macroeconômicos que indiquem que o valor contábil não será recuperável. Se o valor contábil de um destinado para venda não for recuperável, comparado com o seu valor realizável por meio dos fluxos de caixa esperados, uma provisão para perdas é contabilizada. Esta avaliação deve ser efetuada a cada exercício, na oportunidade de encerramento das demonstrações contábeis, de acordo com os preceitos estabelecidos pelo CPC 16 - Estoques.

e) Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são apresentados pelo valor da realização, conforme detalhados nas demonstrações contábeis apresentadas.

f) Imobilizado

A Companhia registra o imobilizado ao custo de aquisição ou formação, subsequentemente deduzida da depreciação acumulada. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens determinada pela Receita Federal do Brasil. As taxas de depreciação praticadas estão apresentadas na nota explicativa nº 10. O saldo imobilizado em andamento se refere a instalações elétricas, instalações de água, esgoto e aplicação asfáltica em alguns terrenos.

g) Fornecedores

As contas de fornecedores são referentes a obrigações "a pagar" por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal do exercício. Estão reconhecidas pelo valor nominal.

h) Obrigações com convênios

A Companhia mantém convênios, firmados com a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio, os quais implicam em investimentos a serem realizados nos Distritos Industriais, conforme descrito na nota explicativa nº 15. As receitas relativas aos convênios são reconhecidas proporcionalmente, à medida que, as despesas são incorridas.

i) Provisão

A provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não, formalizada como consequência de um evento passado e tornam-se provável que sejam exigidos recursos para liquidação dessas obrigações. As provisões para riscos tributários e cíveis são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até a data do

para os lucros que excederem R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto que Contribuição Social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

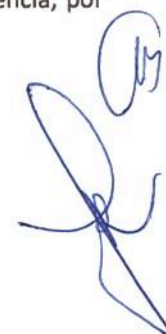
3. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos financeiros:

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um contrato firmado falhe em cumprir com suas obrigações. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e contratos da Companhia.

São clientes da CODEGO as empresas particulares assentadas no Estado de Goiás, com exceções os clientes públicos federal e municipal que ocorre a prestação de serviço através da medição mensal do consumo de água e da coleta de esgoto. Considerando o tipo de negócio, não é efetuada nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento em caso de inadimplência para o setor privado. Esta prática não se aplica para o Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de cobranças e reavisos enviados.



4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa fundo fixo	4.735	7.992
Banco conta movimento:	(2.632)	156.084
Bancos conta convênio:	-	-
CEF-Convenio C/C 1973-0	-	-
Bancos aplicações financeiras	<u>55.784.276</u>	<u>53.330.756</u>
CEF aplicações (a)	55.784.276	53.330.756
Bancos aplicações financeiras / poupança - convênio	-	-
CEF-Convenio poupança	-	-
TOTAL	<u><u>55.786.379</u></u>	<u><u>53.494.832</u></u>

Os recursos obtidos por meio de convênio devem ser controlados em contas bancárias específicas, com restrição de uso apenas no objeto do convênio. Sempre que não há expectativa de movimentação do recurso o mesmo, obrigatoriamente, deve ser objeto de aplicação a fim de gerar recursos provenientes de rendimento financeiro que, também, tem restrição de uso apenas no objeto do convênio.

(a) As aplicações financeiras estão compostas da seguinte forma:

<u>Banco</u>	<u>Conta</u>	<u>Valor</u>	<u>Remuneração</u>
Caixa Econômica Federal	107-9	171	FIC Movimentação Automática
Caixa Econômica Federal	106-0	106.941	FIC Movimentação Automática
Caixa Econômica Federal	105-2	248.603	FIC Movimentação Automática
Caixa Econômica Federal	1450-1	54.554.770	FIC TURQUESA CORPORATIVO RF
Caixa Econômica Federal	1450-1	873.791	FIC GIRO EMPRESAS RF
		<u>55.784.276</u>	

Os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis por estarem atreladas a variação de ativos financeiros de renda fixa, indexados a taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços, verificada mensalmente através dos extratos de rendimentos apresentados pelas instituições financeiras. A companhia não possui instrumentos financeiros avaliados a valor justos.

5. CLIENTES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Agência Goiana do Sistema de Execução	5.548.974	5.548.974
Saneago – Saneamento de Goiás	1.428.394	2.079.740
Granol Ind. Com. E Export. S.A.	269.686	585.414
Brainfarma Ind. Com. Quim. Farmacêutica S/A	260.673	507.229
Laboratório Teuto	348.242	162.985
Carta Goiás Ind. e Com. de Papéis Ltda.	-	856.105
Outros clientes	5.839.202	2.102.846
Subtotal	13.695.171	11.843.293
Clientes a receber venda de áreas	3.254.504	179.425
(-) Perdas estimada em créditos de liq. duvidosa-PECLD	(7.305.088)	(6.086.331)
TOTAL	9.644.587	5.936.387

Os valores acima, no seu reconhecimento, equivalem aos seus respectivos valores justos e não consideram multa, juros ou qualquer forma de atualização monetária por atraso nos recebimentos.

Composição do Aging List

Descrição	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	679.431	1.283.590
Entre 31 a 60 dias	472.456	57.604
Entre 61 a 90 dias	185.734	43.327
Entre 91 a 180 dias	738.142	70.193
Acima de 181 dias	7.305.088	6.136.604
A vencer	4.314.321	4.251.975
	13.695.171	11.843.293

Para determinação dos critérios de provisionamento foram utilizadas as informações sobre recebimento e inadimplência disponíveis na ferramenta gerencial AMPLUS "Relatório de documentos a receber" Inadimplência.

Os critérios de mensuração da estimativa de perdas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) deste Procedimento, considerou os dados de 2022 (último exercício encerrado) para comparativo do período de 31 de dezembro de 2023.

Conforme perfil de pagamento foram definidos critérios diferenciados para os seguintes grupos:

- a) Clientes Estaduais: Público Estadual - Os clientes do tipo estadual têm o recebimento concentrado nos primeiros 90 dias quando os percentuais de inadimplência são estabilizados.
- b) Demais Clientes: Particular, Público Municipal e Público Federal - Esse patamar é alcançado dentro dos primeiros 180 dias de vencimento.
- c) Clientes com processos judiciais em andamento - Não devem ser provisionados os clientes identificados no sistema comercial
- d) Estimativa a Faturar - A provisão para perdas deve considerar os percentuais de inadimplência observados no último exercício encerrado, sendo esse percentual aplicado ao saldo da rubrica Estimativa a Faturar em cada fechamento contábil.

6. ESTOQUE

<u>TERRENOS</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Goianésia	422.353	422.353
Catalão	415.784	415.784
Senador Canedo	92.555	92.555
Inhumas	65.450	65.450
Rio Verde I	58.068	58.068
Morrinhos	29.184	29.184
Abadiânia (a)	51.912	23.488
Luziânia	17.257	17.257
Orizona	16.262	16.262
Pontalina	13.151	13.151
Uruaçu	10.865	10.865
Piracanjuba (b)	-	7.500
Anápolis – DAIA	5.843	5.843
Itumbiara - DIAGRI	5.660	5.660
Bela Vista	4.041	4.041
Goianira	2.148	2.148
Rubiataba	2.000	2.000
Mineiros	912	912
Porangatu	12	12
(-)Perda/Ver. Ajuste ao Valor Realizável Líquido (c)	(73.064)	(89.170)
Subtotal (Ativo Circulante)	1.140.393	1.103.363
Anápolis – Plataforma Multimodal	166.555.775	166.555.775
Aparecida de Goiânia	45.462.039	45.462.039
Anápolis	13.103.023	13.103.023
Campo Limpo	1.337.694	1.337.694

TERRENOS	31/12/2023	31/12/2022
São Luiz do Norte	1.051.254	1.051.254
Rialma	764.229	764.229
Piracanjuba	725.873	725.873
Caldas Novas	696.262	696.262
Petrolina	684.183	684.183
Pirenópolis	530.000	530.000
Padre Bernardo	454.787	454.787
Silvânia (d)	-	296.825
Goiatuba	296.240	296.240
Goianira	208.884	208.884
Iporá	82.560	82.560
Jussara	52.500	52.500
Crixas (e)	-	47.476
Goiás	45.000	45.000
Ceres	40.000	40.000
Porangatu	31.336	31.336
São Miguel do Araguaia	18.000	18.000
Anicuns	8.100	8.100
(-)Perda/Ver. Ajuste ao Valor Realizável Líquido (c)	(132.825.335)	(136.003.595)
Subtotal (Ativo não circulante)	99.322.404	96.488.445
Hidrômetros	80.118	80.118
Subtotal de Hidrômetros (Ativo não Circulante)	80.118	80.118
Subtotal (Ativo não Circulante)	99.402.522	96.568.562
TOTAL ESTOQUE (Circulante e Não Circulante)	100.542.915	97.671.925

- a) Referente à desafetação conforme matrícula nº 10.662 com área total de 2.855,35m² e matrícula nº 10.663 com área total de 1.371,94m². Escritura de doação efetuada pela Prefeitura de Abadiânia.
- b) Em 11/08/2023, conforme Escritura Pública de Compra e Venda, foi realizado a transferência da área de 48.400m², referente às matrículas nº 20.601, 20.602, 20.603, 20.604, 20.605, 20.606, 20.607, 20.608, 20.609, 20.610, 20.611, 20.612, 20.613, 20.614 e 20.615 à empresa Proplane Indústria e Comércio LTDA.
- c) Os estoques da Companhia foram avaliados ao custo histórico ou valor realizável líquido, dos dois o menor. O regulamento de alienação de áreas da Companhia, prevê fatores para desconto do valor das áreas e empreendimentos da CODEGO em até 80% nos distritos de Anápolis e Aparecida de Goiânia, e de até 90% nos demais distritos.

Os valores registrados consideram a intenção da Administração de venda dos terrenos e distritos industriais, conforme valor de avaliação dos imóveis realizados pela Gerência de Engenharia e os percentuais de descontos aplicados pela Superintendência de Assentamento.

Foi realizado a reversão de perda ao valor realizável líquido do distrito de Goianésia.

Foi realizado a reversão de perda ao valor realizável líquido das seguintes áreas classificadas no estoque não circulante: Pirenópolis, Petrolina, Piracanjuba, Padre Bernardo, Rialma, Aparecida de Goiânia, Campo Limpo, São Luís do Norte, Anápolis e Caldas Novas.

d) Através do Registro R5 da matrícula nº 16.293, houve a reversão do imóvel objeto de doação realizada pela Prefeitura Municipal de Silvânia, retornando a área à sua propriedade.

e) Através da Averbação 3 da matrícula nº 9.638, houve a reversão do imóvel objeto de doação realizada pela Prefeitura Municipal de Crixás, retornando a área à sua propriedade.

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo Negativo de IRPJ	1.578.941	729.391
IRRF	979	979
Retenção de PIS e CONFIS	950	950
Outros Impostos a recuperar	189	189
TOTAL	<u>1.581.059</u>	<u>731.509</u>

O saldo negativo de IRPJ se refere à retenção do imposto de renda na fonte das aplicações financeiras que são descontados das aplicações FIC TURQUESA CORPORATIVO RF e FIC GIRO EMPRESAS RF e será objeto de pedido de compensação após realização de auditoria externa e retificação das demonstrações acessórias observado os artigos 27 e 28 da Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021:

Art. 27. Os saldos negativos do IRPJ e da CSLL poderão ser objeto de restituição no caso de:

I - apuração anual, a partir do mês de janeiro do ano-calendário subsequente ao do encerramento do período de apuração;

II - apuração trimestral, a partir do mês subsequente ao do trimestre de apuração; e

III - apuração especial decorrente de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação, a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do encerramento do período de apuração.

Art. 28. O pedido de restituição e a declaração de compensação relativos ao saldo negativo de IRPJ ou de CSLL serão recepcionados pela RFB somente depois da confirmação da transmissão da ECF, na qual esteja demonstrado o direito creditório, de acordo com o período de apuração.

§ 1º O disposto no caput aplica-se, inclusive, aos casos de apuração especial decorrente de extinção, cisão parcial, cisão total, fusão ou incorporação.

§ 2º No caso de saldo negativo de IRPJ ou de CSLL apurado trimestralmente, a restrição de que trata o caput será aplicada somente depois do encerramento do respectivo ano-calendário.

8. ADIANTAMENTO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Convênios a receber		
Jaraguá (a)	544.272	1.000.000
Goianira (b)	1.193.991	1.000.000
Terezópolis (c)	171.470	1.000.000
Adiantamento de férias	108.145	130.132
Fornecedores	2.248	193
TOTAL	<u>2.020.126</u>	<u>3.130.325</u>

A CODEGO iniciou o Programa Rota Turística Comercial Goiana, que tem por finalidade incentivar a retomada do crescimento no comércio varejista e de consumo no interior do estado, associado ao turismo cultural e de lazer com construção de três Outlets no interior do Estado de Goiás. A Codego lançou edital de chamamento público e, por meio de uma seleção realizada em parceria com a Goiás Turismo, os municípios de Terezópolis de Goiás, Jaraguá e Goianira foram os contemplados.

- a) Em 2023, a prefeitura municipal de Jaraguá realizou a prestação de contas referente aos boletins de medição nº 01 ao 08, totalizando o valor de R\$ 1.064.177,84. Em 06/11/2023, conforme Ofício Gabinete 387/2023 exarado pela Prefeitura de Jaraguá, foi solicitada o desbloqueio da segunda parcela do convênio e em 17/11/2023 foi realizado a transferência no valor de R\$ 500.000,00. Os valores disponíveis ao município devem constar em conta aplicação, tendo rendimento no exercício de 2023 no valor de R\$ 108.449,53;
- b) A prefeitura municipal de Goianira não realizou obra conforme prevê o objeto do Convênio no exercício de 2023. Foi realizada prestação de contas tendo como resultado apenas o valor de R\$ 198.352,58 referente ao rendimento das aplicações financeiras dos valores repassados;
- c) Em 2023, a prefeitura municipal de Terezópolis realizou a prestação de contas referente aos boletins de medição nº 01 e 02, totalizando o valor de R\$ 993.319,04. Os valores

disponíveis ao município devem constar em conta aplicação, tendo rendimento no exercício de 2023 no valor de R\$ 164.788,88.

9. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo Bancário Conta Convênio (a)	1.708.972	1.628.832
Convênio nº 05	65.347	61.520
Convênio nº 06	484.403	455.786
Convênio nº 04	334.928	335.878
Convênio nº 08	89.425	84.182
Convênio nº 221/2017	-	-
Convênio nº 12/2013	11.985	11.269
Convênio nº 223/2017	545.065	512.897
Convênio nº 233/2018	149.297	140.485
Convênio nº 304/2018	28.522	26.815
Software (b)	-	-
Log Lab Inteligência Digital	5.059.526	5.059.526
(-) Provisão para perdas	(5.059.526)	(5.059.526)
Depósitos Judiciais (c)	1.143.175	-
Valores Bancários Bloqueados	326.499	293.702
Imóveis (d)	4.881.885	4.881.885
Goianira (d.1)	4.122.885	4.122.885
Itumbiara (d.2)	3.000.000	3.000.000
Posse (d.3)	759.000	759.000
(-) Provisão para perdas	(3.000.000)	(3.000.000)
TOTAL OUTROS CRÉDITOS	<u>8.060.531</u>	<u>6.804.42</u>

a) A Companhia realizou análise e levantamento identificando os recursos recebidos da Secretária de Estado de Indústria, Serviços e Comércio - SIC parados em caixa para aplicações financeiras em títulos como CDB e CDI o que gerou rendimentos, taxas bancárias e IOF. Haja visto que por disposição expressa na legislação estadual é vedado no convênio realizar despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar, bem como é vedado utilizar

dos recursos para finalidades diversas das estabelecidas no instrumento, ainda que em caráter emergencial, conforme redação do artigo 68, incisos I e V da Lei Estadual n. 17.928 de 17 de dezembro de 2012. Houve a devolução dessas quantias às contas convênio.

Foram identificados bloqueios judiciais nas contas dos Convênios listados: 006/2013, 012/2013, 004/2016, 008/2016, 223/2017, 233/2019 e 304/2018. Diante da existência dos bloqueios judiciais nessas contas convênio não foi possível efetuar a prestação de contas final dos convênios supramencionados. Tendo em vista que para conclusão dos trabalhos para Prestação de Contas destes Convênios é necessário:

- a.1) o ressarcimento dos saldos remanescentes nestas contas à SIC, pois tratam de valores que não foram utilizados em obras públicas;
- a.2) o encerramento destas contas convênios; haja vista que a conta zerada e o recolhimento do saldo não utilizado nas obras são obrigações estabelecidas na Lei Estadual n. 17.928/2012 em seu Art. 73, X e XIV.

b) A CODEGO, por meio do Processo Licitatório 2017.1021.6000.049, firmou contrato com a empresa Log Lab Inteligência Digital. Todavia, o seu valor aditivo de R\$ 5.059.526,00 foi registrado no exercício de 2019, como Software em Andamento. O contrato foi firmado em 2017, com prazo de vigência de 30 de agosto de 2019 e ainda não foi concluído. O processo junto à Log Lab Inteligência Digital encontra-se judicializado por meio da ação de Interpelação Judicial (nº 5041267-42.2024.8.09.0051), seguindo os arts. 726 e 729 do CPC. Foi realizada a reclassificação da conta, anteriormente reconhecida como software em andamento no intangível.

c) Depósito judicial para solicitação de desbloqueio da conta convênio que foi objeto de bloqueio judicial referente ao processo nº 0057143-34.2012.8.09.0087 movido contra a empresa INDUSTRIA E COMERCIO E TRANSPORTE E FERTILIZANTES MOTTA LTDA.

d) Foram consideradas como outros créditos os valores pagos pela aquisição das seguintes áreas:

- d.1) Goianira: Imóvel localizado na Fazenda São Domingos em Goianira-GO, com 5,5055m², objeto da matrícula nº 9.303, adquirido com recurso próprio da Companhia pelo valor de R\$ 676.000,00 destinado a ampliação do Distrito Agroindustrial de Goianira (Área em processo judicial de imissão de posse (GABRIEL FERNANDES DE SOUZA) PROCESSO SEI 202210216001558) e; Imóvel localizado na Fazenda São Domingos em Goianira-GO, com 31,8968m², objeto da matrícula nº 40.317, adquirido com recurso próprio da Companhia pelo valor de R\$ 3.446.884,86 destinado a ampliação do Distrito Agroindustrial de Goianira (Área em processo judicial de imissão de posse (PORTAL DO SOL) PROCESSO SEI 202210216001558).

d.2) Itumbiara: Através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária datada em 26/12/2012, a Companhia pagou o valor de R\$ 3.000.000,00 referente à aquisição de área ambiental a ser agregada ao Distrito Agroindustrial II de Itumbiara localizada às margens da GO-418, a 18 km de Buriti Alegre, sentido BR-153 Goiânia no município de Buriti Alegre, sendo 9 alqueires registrado no 3º Tabelionato de Notas, Escritura de compra e venda, Livro 00199-N, pág. 001, escrevente 0004, matrícula nº 4.301, Fazenda Paineira "lugar denominado Princesa da Boa Vista" e 31 alqueires 3º Tabelionato de Notas, Escritura de compra e venda, Livro 00199-N, pág. 001, escrevente 0004, matrícula nº 4.301, Fazenda Paineira "lugar denominado Princesa da Boa Vista" e 31 alqueires 3º Tabelionato de Notas, Escritura de compra e venda, Livro 00199-N, Folha 060/067, Pág. 001, Escrevente 004, Matrícula 3.772, Fazenda Paineiras "lugar denominado Nossa Senhora Aparecida", avaliados por R\$ 1.091.551,14, conforme Laudo de Avaliação nº 249/2012, SEGPLAN e área localizado as margens da BR 153 8,5 Km da cidade de Itumbiara – Goiânia, com área total de 231,83,01 hectares (2.318.301m²), registradas sob o nº R1-17.357 - Livro 2 – Registro Geral, Matrícula 17.719 - Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Itumbiara – Comarca de Itumbiara-GO e Registro nº R-1-18.201 - Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Itumbiara, avaliadas em R\$3.517.482,25 (três milhões, quinhentos e dezessete mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos), conforme Laudo de Avaliação nº 250, da Superintendência de Patrimônio do Estado – Gerência de Vistoria e Avaliação de Imóveis da SEGPLAN".

A Companhia efetuou provisão de perda das áreas mencionadas devido à inexistência de contrato de compra e venda que dê segurança para transferência de titularidade.

d.3) Posse: A CODEGO está providenciando, no cartório Índio Artiaga, de Goiânia-GO e no cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato 1º de Notas, do município de Posse – GO (CRI), a regularização da área de Posse, via aditamento na escritura anterior. A área da Matrícula 10-A foi Georreferenciada, criando novas limites de confrontação. Assim a Fazenda Extrema foi desmembrada, gerando a Matrícula nº20.961, com a área de 182.2752 ha, pertencente a CODEGO.

10. Imobilizado

Descrição	Terrenos	Benefeitorias	Edificações	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Sist. de abast. água e esgoto	Equip. de informática	Obras em andamento	Total do ativo imobilizado
Custo:										
Saldo em 31 de dezembro de 2021	612.127	77.168.830	24.850.105	301.805	582.626	4.002.367	32.348.071	584.770	1.309.144	141.759.846
Adições 2022	-	-	49.320	2.179.700	33.945	1.338.492	-	180.436	-	3.781.892
Baixas 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	612.127	77.168.830	24.899.425	2.481.505	616.571	5.340.859	32.348.071	765.206	1.309.144	145.541.738
Adições 2023	-	-	-	16.390	54.535	295.200	-	-	-	366.125
Baixas 2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências 2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	612.127	77.168.830	24.899.425	2.497.895	671.104	5.636.059	32.348.071	765.206	1.309.144	145.907.863

Depreciação:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(76.395.158)	(11.007.031)	(293.519)	(422.888)	(2.628.467)	(32.255.473)	(537.019)	-	(123.539.555)
Adições 2022	-	(444.488)	(949.055)	(163.662)	(32.739)	(291.578)	(70.412)	(41.558)	-	(1.993.492)
Baixas 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(76.839.646)	(11.956.086)	(457.181)	(455.627)	(2.920.045)	(32.325.885)	(578.577)	-	(125.533.047)
Adições 2023	-	(126.354)	(947.504)	(439.740)	(37.167)	(361.216)	(18.514)	(47.885)	-	(1.978.380)
Baixas 2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências 2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(76.966.001)	(12.903.590)	(896.921)	(492.794)	(3.281.261)	(32.344.399)	(626.462)	-	(127.511.428)

Imobilizado líquido:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	612.127	202.830	11.995.835	1.600.974	178.310	2.354.798	3.672	138.744	1.309.144	18.396.435
Saldo em 31 de dezembro de 2022	612.127	329.184	12.943.339	2.024.324	160.944	2.420.814	22.186	186.629	1.309.144	20.008.691

Taxas de depreciação anual:

2023	0%	10%	4%	20%	10%	10%	10%	20%	0%	0%
2022	0%	10%	4%	20%	10%	10%	10%	20%	0%	0%

11. FORNECEDOR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
F Xavier Construtora Eireli	-	314.431
Brasil Informática e Produtos Eireli	-	57.132
Jose R da Rocha Ferreira	115.217	115.217
Outros fornecedores	97.069	161.627
TOTAL	<u>212.286</u>	<u>648.407</u>

Estima-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

12. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Adiantamento de clientes (a)	6.817.559	6.695.287
Contratos com clientes (b)	3.171.116	205.810
Contratos cancelados	631.200	631.200
TOTAL	<u>10.619.875</u>	<u>7.532.297</u>

- a) Os valores correspondem ao recebimento antecipado que, efetivamente, contribuirá para formação de resultado de exercício futuro pela venda de terrenos/áreas dos distritos industriais. São mantidos como natureza de comercialização de terrenos/áreas, até que todas as condições exigidas no regulamento para venda e cessão de terrenos industriais da Companhia tenham sido atendidas.

Tão logo se materializa a escritura do imóvel ao comprador, entende-se que os riscos e benefícios foram transferidos da Companhia para os compradores e, neste caso, reconhece-se a receita correspondente.

- a) Os contratos referentes à venda de áreas firmado entre a CODEGO e as empresas, estão sendo reconhecidos no balanço patrimonial conforme valores nele estabelecido. A receita é reconhecida na medida do recebimento das parcelas, desde que atendido os requisitos: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e

benefícios foram integralmente transferidos ao comprador, através da, escritura pública lavrada em nome do comprador.

Com a implantação do novo regulamento de áreas, em seu artigo 51, §2º, caso a interessada não conclua o processo de assentamento industrial pela inércia da mesma, não caberá o ressarcimento/devolução de qualquer valor pago.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Salários e encargos		
INSS a recolher	971.327	706.585
IRRF s/ salários	554.861	344.166
FGTS a recolher	286.499	209.548
IPASGO a recolher	35.212	24.804
Salários a pagar	70.991	-
Subtotal	1.918.890	1.285.103
Provisões		
Provisão de férias	2.937.455	2.215.217
INSS provisão de férias	862.798	670.821
FGTS provisão de férias	239.176	181.462
Subtotal	4.039.429	3.067.500
TOTAL	5.958.319	4.352.603

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E FISCAIS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante:		
CSLL a recolher	205.508	-
COFINS a pagar	323.897	227.263
PIS a pagar	67.834	47.753
IRRF terceiros PF	12.148	12.239
PIS/COFINS/CSLL	344	1.162
ISSQN	913	18.738
Contribuição Sindical	-	46
Restituição ITU/IPTU	363	363
INSS Retido IN 971	-	13.282
Subtotal tributos	611.007	320.846

Não circulante:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
ITU/IPTU (a)	2.854.343	5.920.785
TOTAL	<u>3.465.350</u>	<u>6.241.631</u>

(a) A Companhia efetuou levantamento da situação tributária (IPTU/ITU) junto aos distritos e constatou débitos de IPTU devidos às Prefeituras dos Municípios:

<u>Distritos</u>	<u>Tipo de Débito</u>	<u>Valor do Débito em 31/12/2023</u>	<u>Valor do Débito em 31/12/2022</u>
Anápolis (DAIA)	IPTU	1.797.093	1.665.188
Aparecida (DAIAG)	Extrato de Débitos	-	3.555.370
Bela Vista	IPTU	-	1.006
Itumbiara (DIAGRI)	Débito ISQN	134.277	124.823
Luziânia (DIAL)	Extrato de Débitos	10.210	7.741
Mineiros		23.261	-
Piracanjuba	IPTU/ITBI	67.817	38.370
Pirenópolis	Taxa	485.811	449.979
Rubiataba	Taxa de Expediente	-	4.191
Senador Canedo (DASC)	Extrato de Débitos	188.498	13.314
Porangatu	IPTU	33.640	1.240
Goianira	IPTU	6.888	-
São Luiz dos Montes Belos	IPTU	95.857	59.563
Abadiânia	IPTU	10.991	-
		<u>2.854.343</u>	<u>5.920.785</u>

Os débitos levantados junto às Prefeituras estão sendo verificados pela Companhia. Realizado a transferência da área à empresa assentada, deve ser regularizado o cadastro junto à Prefeitura, transferindo assim, a titularidade dos débitos a partir da data do contrato.

Em 20 de julho de 2023, foi assinado o Protocolo de Intenções celebrado entre o município de Aparecida de Goiânia e a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás (CODEGO) com objetivo de cooperação mútua no intuito de viabilizar a implantação do Distrito Agroindustrial Norberto Teixeira. O município de Aparecida de Goiânia, através deste protocolo de intenções, deu remissão tributária de ITU/IPTU aos imóveis de propriedade da CODEGO situados no município.

15. OBRIGAÇÕES COM CONVÊNIO

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Convênios a receber		
Convênio nº 05/2013 (a)	48.714	44.886
Convênio nº 06/2013 (b)	462.991	434.374
Convênio nº 04/2016 (c)	341.544	321.460
Convênio nº 08/2016 (d)	83.950	78.707
Convênio nº 12/2013 (e)	10.230	9.512
Convênio nº 223/2017 (f)	556.354	524.186
Convênio nº 233/2018 (g)	149.681	140.870
Convênio nº 304/2018 (h)	28.587	26.880
TOTAL	<u>1.682.051</u>	<u>1.580.875</u>

Em 2023 havia 8 convênios pendentes de prestação de contas final. Todas as obras estão paralisadas, e a Secretaria de Indústria e Comércio SIC já se manifestou sem interesse em dar continuidade nos convênios.

O saldo remanescente no passivo se refere ao saldo bancário (valor principal e rendimentos financeiros) pendente de prestação de contas final devido aos bloqueios judiciais realizados nas contas de convênio.

- a) Convênio 005/2013: Execução dos serviços de limpeza, dragagem, desassoreamento das barragens de captação de água bruta, limpeza dos tanques de aeração das ETES de distritos diversos.
- b) Convênio 006/2013: Construção do anel viário que liga a BR-060 ao Distrito Agroindustrial de Anápolis - DAIA.
- c) Convênio 004/2016: Implantação da Pista dos Romeiros na GO- 237, trecho Niquelândia/Distrito de Nossa Senhora da Abadia do Muquém.
- d) Convênio 008/2016: Execução pavimentação asfáltica e ponte de concreto armado na GO-453, trecho: Posse/Guarani de Goiás.
- e) Em Convênio 012/2013: Execução dos serviços de Engenharia para ampliação da estação de tratamento de esgotos – ETE do DAIA.
- f) Em Convênio 223/2017: Execução das obras de tapa buraco e recapeamento das vias urbanas do município de Santo Antônio do Descoberto.

- g) Em Convênio 233/2018: Execução das obras de pavimentação asfáltica, recapeamento de vias urbanas e implantação de galeria pluvial do município de São Miguel do Passa Quatro.
- h) Em Convênio 304/2018: Execução da Pavimentação Asfáltica e quatro Pontes na GO-108 Trecho: Guarani de Goiás / Parque Estadual Terra Ronca.

16. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, fiscais e trabalhistas e vem discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos ao final de cada exercício.

A Companhia não realizou provisão de riscos tributários referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e do Imposto Territorial Urbano (ITU) incidentes sobre os terrenos dos Distritos, com exceção o de Anápolis que se encontra parcelado em Obrigações Tributárias e Fiscais, nota 13.

O demonstrativo na data base de 31 de dezembro de 2023 contendo os riscos contingentes prováveis, para as quais se manteve provisão constituída em períodos anteriores, conforme opinião de seus assessores jurídicos encontra-se no quadro a seguir:

	Provisão registrada	
	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	1.326.258	1.617.404
Trabalhistas	30.477	53.507
Subtotal	1.356.735	1.670.911

Quadro de movimentação das contingências:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	1.670.911	1.647.349
Adição / Liquida de reversão	(314.176)	23.562
Atualização	-	-
Saldo final	1.356.735	1.670.911

As causas classificadas como risco possível, não são provisionadas, porém são avaliadas constantemente quanto à possibilidade de perdas.

	Causas Possíveis	
	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	4.511.399	2.127.913
Trabalhistas	192.193	319.461
Subtotal	4.703.592	2.447.374

A Administração acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

17. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO

	31/12/2023	31/12/2022
Silvânia (a)	-	250.000
Crixás (a)	-	1.000
	-	251.000

- a) Área doada pela Prefeitura Municipal de Silvânia no valor de R\$ 250.000,00 referente à matrícula nº 16.293 Fazenda São Pedro com área total de 24,20ha. Através do Registro R5 da matrícula nº 16.293, houve a reversão do imóvel objeto de doação realizada pela Prefeitura Municipal de Silvânia, retornando a área à sua propriedade.
- b) Área doada pela Prefeitura Municipal de Crixás no valor de R\$ 1.000,00 referente à matrícula nº 9.638 com área total de 5,38ha e matrícula nº 686 com área total de 2,42ha. Através da Averbação 3 da matrícula nº 9.638, houve a reversão do imóvel objeto de doação realizada pela Prefeitura Municipal de Crixás, retornando a área à sua propriedade.

18. CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO

A Companhia possui capital autorizado no valor de R\$ 1.000.000.000, bem como capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 420.447.038 o qual está dividido em 291.333.390 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Abaixo, segue boletim de composição do capital em ações:

ACIONISTAS	QTDE DE AÇÕES 31/12/2022	QTDE DE AÇÕES 31/12/2023	VALOR DAS AÇÕES (R\$)	%
ESTADO DE GOIAS	285.854.692	285.854.692	412.540.281	98,11944031%
GOIASINVEST	5.471.850	5.471.850	7.896.874	1,87820902%
BEG	6.411	6.411	9.252	0,00220057%
PRODAGO (CRISA)	343	343	495	0,00011773%
CAIXEGO	47	47	68	0,00001613%
METAGO	47	47	68	0,00001613%
TOTAL	291.333.390	291.333.390	420.447.038	100,00%

Em 31.12.2023 o valor patrimonial de cada ação é de R\$ 1,44318178.

19. RECEITA LÍQUIDA COM VENDAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços de água e esgoto (a)	62.932.607	56.659.033
Áreas (b)	2.621.941	697.120
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	65.554.548	57.356.153
(-) Devoluções de Vendas (c)	(396.016)	(30.183)
(-) Descontos incondicionais (d)	(881.192)	(1.516.231)
(-) Tributos incidentes s/ vendas e serviços	(4.835.528)	(3.569.928)
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	(6.112.736)	(5.116.342)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	59.441.812	52.239.811

- (a) Aumento no faturamento das receitas com venda de água, esgoto e poço artesiano em 2023.
- (b) A receita com venda de área é reconhecida na medida do recebimento das parcelas, desde que atendido os requisitos: (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador, através da, escritura pública lavrada em nome do comprador
Com a implantação do novo regulamento de áreas, em seu artigo 51, §2º, caso a interessada não conclua o processo de assentamento industrial pela inércia da mesma, não caberá o ressarcimento/devolução de qualquer valor pago.
- (c) O aumento em Devoluções de Vendas se refere a rubrica Venda Canceladas. Houve alguns lançamentos com valores expressivos: R\$ 5.847,84 - Prox Tecnologia Ltda, empresa inexistente na Cia; R\$ 88.340,00 – Brainfarma Industria Química e Farmacêutica S.A; R\$ 70.692,84 – Vigor Alimentos S.A; R\$ 226.629,96 – Bio Scie Industria e Comercio Ltda, aguardando parecer da Presidência quanto a regularização do poço artesiano e R\$ 304.167,57 – Cerâmica Pontalina, titulo cancelado por renegociação, processo nº 202010216001262, Despacho nº 1134/2023, Item 04, por deliberação da Presidência.
- (d) O desconto se refere ao cliente CAN PACK Brasil Industria de Embalagens Ltda., no qual faz uso apenas da água bruta na sua linha de produção. A variação de valor do exercício de 2022 para

2023 foi devido ao novo contrato firmado com a empresa, em que passou o percentual de desconto de 70% para 50%.

20. CUSTOS DOS TERRENOS E SERVIÇOS VENDIDOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
(-) Custo Sistema de Água e Esgoto (a)	(2.453.609)	(9.223.364)
(-) Custo com Pessoal (b)	(3.037.825)	(2.849.527)
(-) Energia	(5.173.354)	(5.418.121)
(-) Depreciação	(1.978.380)	(1.993.492)
(-) Custo Terreno Vendido	(7.500)	-
(-) Custos de serviços prestados	(194)	(324.520)
TOTAL	<u>(12.650.862)</u>	<u>(19.809.024)</u>

(a) Em 2022 houve serviços de engenharia referente à ampliação de barragens, redes de distribuição, captação e obras civis, conforme notas fiscais nº 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14 da empresa PAVE TER CONSTRUTORA LTDA, notas fiscais nº 1106, 1107, 1157 e 1165 da empresa TECPAV TECNOLOGIA E PAVIMENTO LTDA, fato que não ocorreu no exercício de 2023.

(b) O aumento de custo com pessoal se refere às contas salários, ordenados e custo com encargos sociais.

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas de Pessoal		
Salário, Ordenados e Encargos (a)	(44.521.854)	(36.101.300)
Despesa com Manutenção, Serviço de Terceiros, Material de Consumo, Diárias e Outros Serviços e despesas "por distrito" (b)		
Goiânia – Sede	(2.394.870)	(2.214.039)
Anápolis – DAIA	(135.243)	(49.722)
Goianésia	(55.324)	(91.384)
Aparecida – DAAG	(43.265)	(132.948)
Porangatu	(36.381)	-
Senador Canedo	(18.780)	-
Catalão – DIMIC	(13.377)	(4.908)
Itumbiara – DIAGRI	(8.099)	(20.086)
Distrito Diversos	(2.268)	(2.612)
Luziânia	(2.094)	-
Rio Verde	(2.044)	-
Morrinhos	(1.370)	-
Mineiros	(888)	(7.109)
Goianira	(803)	(6.973)
Bela Vista	(298)	(1.503)
Uruaçu	(123)	(2.872)
Jaraguá	-	(48.200)
	<u>(2.715.227)</u>	<u>(2.582.356)</u>
TOTAL	<u>(47.237.081)</u>	<u>(38.683.656)</u>

- (a) O aumento no exercício de 2023 (comparado ao exercício de 2022) de despesas com pessoal se refere ao aumento nas rubricas de salário e ordenados a pagar, adicional de periculosidade, adicional noturno, adicional de insalubridade, gratificação e vale alimentação.

22. OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Outras receitas		
Receitas diversas	63.874	41.723
Interveniência e benfeitoria	-	100.502
Aluguel de Terreno	121.419	48.558
Doações Recebidas	1.200	
	<u>186.493</u>	<u>190.783</u>
Outras despesas		
(-) Perda/Rev. Aju. Ao Valor Realizável Líquido (a)	3.129.490	15.405.591
(-) IPTU e Taxas Municipais (b)	2.999.688	285.778
(-) Rota Turística (c)	(2.057.497)	-
(-) Acordos – TAC (d)	(2.877.553)	-
(-) Prov. Cíveis, Trab. Trib. e Amb. (e)	314.175	(23.562)
(-) Estimativas de Perdas (f)	(1.240.186)	438.960
(-) PIS/COFINS S/Outras Receitas (g)	(714.566)	(489.110)
(-) Imposto, taxas e emolumentos	(146.896)	(135.631)
(-) Outras Despesas	(11.898)	-
	<u>(605.241)</u>	<u>15.482.026</u>
TOTAL	<u>(418.748)</u>	<u>15.672.809</u>

- (a) Foi registrada reversão da provisão para perda ao valor recuperável dos estoques de acordo com a intenção da Administração de venda dos terrenos e distritos industriais, conforme valor de avaliação dos imóveis realizados pela Gerência de Engenharia e os percentuais de descontos aplicados pela Superintendência de Assentamento.
- (b) O município de Aparecida de Goiânia, através deste protocolo de intenções firmado em 20 de julho de 2023, concedeu remissão tributária de ITU/IPTU aos imóveis de propriedade da CODEGO situados no município, sendo realizado, portanto, a reversão da provisão dos tributos.
- (c) Em 2023, os municípios participantes do Programa Rota Turística, realizaram a prestação de contas parcial dos convênios firmados juntamente com a CODEGO, sendo realizado assim, as despesas incorridas nas obras pagas pelos municípios com recursos oriundos do objeto do convênio, sendo realizado: R\$ 1.064.178 pelo município de Jaraguá e R\$ 993.319 pelo município de Terezópolis.

- (d) Em 19/04/2023, foi celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC firmado entre o Ministério Público do Estado de Goiás, a Diretoria-Geral de Administração Penitenciária (DGAP) e a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás – CODEGO, afim de indenizar a DGAP pela área do presídio do regime semiaberto.
- (e) Em 2022 houve Reclamação trabalhista com probabilidade provável de recolhimento de verbas rescisórias, multa 467 e 477, responsabilidade subsidiária, diferenças salariais. Processo nº 0011459-58.2019.5.180017, Luciano Costa de Oliveira; Reclamação trabalhista com probabilidade provável de recolhimento de verbas rescisórias, multa 467 e 477, responsabilidade subsidiária, diferenças salariais. Processo nº 0011101-69.2019.5.18.0122, Leonardo Cosmo de Melo; Embargos à execução nº 0229662.19.2016.8.09.0105 com probabilidade provável. Processo nº 0360609.64.2016.8.09.0105, H & JK LTDA; Revogação de doação com probabilidade provável de revogação pelo não cumprimento de cláusula onerosa. Processo nº 5046357.28.2018.8.09.0120, Município de Paraúna; Execução com probabilidade provável de pagamento de serviços prestados – reparos bomba ETE – ETA DAIA. Processo nº 5651966-82.2020.8.09.0051, Pool House Piscinas e Execução Fiscal ITU'S e IPTU'S com probabilidade provável. Processo nº 5221636-83.2022.8.09.0024, Município de Caldas Novas. Aos processos relacionados foi proferido sentença com acordos homologados e procedentes de forma total e/ou parcial. Em 2023 acresceu uma Ação civil pública com probabilidade provável de condenação por violação ambiental. Processo nº 5369907-56.2022.8.09.0049, Ministério Público.
- (f) A variação em Estimativas de Perdas se refere a Perdas estimada em créditos de liquidação duvidosa - PECLD, mês 10/2023 CAFÉ RANCHEIRO AGRO INDUSTRIAL LTDA, hidrômetro E15L003403 referente a poço e F.B.M INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA, hidrômetro B19F013258.
- (g) O aumento de (-) PIS/COFINS S/Outras Receitas se deu pelo aumento das receitas em 2023 comparado à 2022. Variação devido ao recebimento de multas e indenizações referente a regularização das empresas que se encontravam irregulares nas áreas, conforme cláusulas do Regulamento de áreas e o Programa Desenvolve Goiás.

23. RECEITAS E (DESPESAS) FINANCEIRAS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras		
Juros recebidos (a)	261.870	97.808
Rendimento aplicação financeira (b)	7.280.948	6.789.880
Juros/Multas e Correções	-	-
Descontos obtidos	170	1

Regularização de áreas (c)	2.500.403	3.222.880
	10.043.391	10.110.569
Despesas financeiras		
Juros e encargos	(5.820)	(721)
Despesas bancárias	(28.693)	(24.434)
Descontos concedidos	(47.526)	(7.107)
Multas	(22.598)	(2.469)
Imposto, taxas e emolumentos (d)	(95.105)	(75.554)
	(199.742)	(110.285)
TOTAL	9.843.649	10.000.284

- (a) O aumento na rubrica Juros recebidos em 2023 comparado ao exercício de 2022 se refere aos juros recebidos das empresas Carta Goiás, Softys Brasil Ltda, Alisul Alimentos S.A, Corteva Agriscience do Brasil, Café Rancheiro Agro Industrial Ltda, Charque Duty, Vitamedic Industria Farmaceutica Ltda, John Deere Brasil Ltda, Caoa Montadora de Veículos Ltda, Hebert e Hegert Johanssen Recuperadora de Resíduos Ltda, Centro Oeste Ind. e Com. de Papeis Recicláveis Ltda, Ataplast Ind. de Reciclagem Ltda, Metalúrgica Macedo Ltda e Genix Ind. Farmacêutica Ltda e Correção monetária referente ao pedido de compensação na RFB os Números de Declarações:10859.42707.150823.1.3.04-4822 e 18791.58149.150823.1.3.04-4204.
- (b) Os rendimentos das aplicações financeiras no banco da Caixa Econômica Federal se referem aos investimentos efetuados em FIC TURQUESA CORPORATIVO e FIC EMPRESA exposto na nota explicativa nº 4.
- (c) A rubrica “regularização de áreas” se refere aos recebimentos de multas e indenizações dos processos de regularização das empresas que se encontravam irregulares nas áreas, conforme cláusulas do Regulamento de áreas e o Programa Desenvolve Goiás.
- (d) Os Imposto, taxas e emolumentos se referem ao imposto sobre operações financeiras (IOF) do banco da Caixa Econômica Federal referente aos investimentos efetuados conforme exposto na nota explicativa nº 4.

24. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens e operações sujeitas a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Presidente – Francisco Rodrigues Vale Júnior
CPF 475.942.171-87

Contadora – Carla Cury Botezelli
CRC-GO 021940/0-4
Carla Cury Botezelli
Contadora
CRC-GO 021940

* * *





AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br